



Anais da Assembléia

Nº 14

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 14 DE MARÇO DE 1990

ANO XVI

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA ATA DA 9.^a SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 1990

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Alborghetti e Werner Wanderer.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessutti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Arialba Freire, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert. (53). Achando-se em licença o Senhor Deputado Luciano Pizzatto. (1).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - As aparências demonstram que não há número legal, Sr. Presidente. Eu requero verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - As aparências, às vezes, enganam.

O SR. PEDRO TONELLI - Então vamos conferir, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vamos conferir.

O SR. ALGACI TÚLIO - solicito a chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e solicita ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Pirajá Ferreira) - Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 30 (trinta) Srs. Deputados responderam à chamada nominal. Há quorum para votação. Os Senhores Deputados que aprovaram a Ata queiram conservar-se como estão. APROVADA.

O Sr. Erondy Silvério: Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Verificação e chamada nominal já foi procedida.

O Sr. Artagão Mattos Leão: Qual o resultado da votação, Sr. Presidente?

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Eu estou requerendo verificação de votação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Deputado Pedro Tonelli já requereu.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Não. É só V. Exa. proceder à verificação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há oradores no Pequeno Expediente.

O Sr. Pedro Tonelli - Qual foi o resultado, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Aprovada a Ata.

O Sr. Pedro Tonelli - Mas com que resultado, Sr. Presidente? Eu requeri verificação de votação e não ouvi o resultado.

O Sr. Erondy Silvério - Não tem 18 Deputados na Casa. Não tem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não. Acusou 30 Srs. Deputados.

Eu não estou aqui para bancar professora de escola.

Segue-se a sessão.

O Sr. Erondy Silvério - Eu não estou pedindo isto, mas V. Exa. está para presidir a sessão dentro do Regimento Interno da Casa. Chega de ditadura aqui dentro. Chega de ditadura, Sr. Presidente. (Vozes paralelas...). V. Exa. tem que atender o requerimento do Plenário. Se V. Exa. não quiser, então V. Exa. passa a ser o ditador Anibal Khury e não o guru Anibal Khury.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V. Exa. tem razão. Segue-se a sessão.

O SR. PRIMEIRO SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DO SEGUINTE EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 366

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, Requer, após ouvido o Plenário Preferência de Discussão e Votação para o Projeto de Lei n° 74/90.

Sala das Sessões, em 14.03.90

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO N° 372

Senhor Presidente.

Os Líderes dos Partidos com bancadas nesta Casa infra-assinados, Requerem, após ouvido o Plenário, a suspensão da sessão plenária desta quinta-feira dia 15 de março do corrente ano.

Sala das Sessões, em 14.03.90

(aa) Erondy Silvério, Nereu Carlos Massignan, Luiz Alberto de Oliveira, Caíto Quintana, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Basílio Zanusso.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 009/90

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, no Município de Pato Branco, para que a população decida sobre a criação do Município de Bom Sucesso do Sul, desmembrando-o do município de Pato Branco.

"Começa no Rio Vitorino, da divisa das glebas Mundo Novo - Entre Rios - 1.ª Parte, seguindo pela referida divisa até al-

cançar a Gleba Entre Rios, donde alcança o Rio Ivete, pelo qual desce até a sua foz no Rio Bonito. Daí segue a divisa dos lotes 90 - 92 - 91 - 92 - 100 e 161 - 162, donde em sentido leste-oeste alcança o Rio Santana. Sobe por este até a foz do Arroio Elias e por este até a sua cabeceira donde em linha seca alcança a cabeceira do Rio Lambedor. Desce por este até a sua foz no Rio Vitorino. Daí, desce por este até o ponto de partida".

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.03.90

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 119/90

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação de Moradores de Quatis, com sede e foro no Município de Ipiranga, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.03.90.

(a) DJAIMA DE AIMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores de Quatis que ora se objetiva declarar de Utilidade Pública, constitui uma sociedade civil, sem fins lucrativos, que tem por finalidade organizar e unir os moradores, para que, através de estudos, debates e trabalhos cheguem as soluções de seus problemas e interesses comuns, bem como para a prestação de serviços sócio-comunitários, propiciando-lhes condições as mais favoráveis para a elevação da qualidade de vida de seus membros.

Na qualidade de representante de Quatis e das localidades de Espigão Grande, Três Pontes e Areião, todas vizinhas ao Município de Ipiranga, tanto a nível Municipal como Estadual e Federal, vem prestando inestimável contribuição à sociedade pontagrossense, e, por extensão ao Paraná, num trabalho que dignifica e engrandece os seus integrantes e que merece de nossa parte inteiro reconhecimento e gratidão.

Diante do exposto, nada mais justo que venha a ser reconhecida de Utilidade Pública, para cuja proposição conta o Parlamentar com apoio de seus Pares com assento nesta Casa.

PROJETO DE LEI N° 120/90

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam remetidos os critérios tributários decorrentes de:

I - operações realizadas com sal mineralizado, posição 23.07.08.00 da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias, ocorridas anteriormente a 15 de abril de 1988;

II - prestação de serviço de transporte interestadual e intermunicipal de passageiros por fretamento, como definido na legislação estadual de transporte, até a data de 31 de março de 1990, e cujos serviços tenham sido objeto de licença pelo DSTC/DARM/DER;

III - fornecimento de energia elétrica para:

a) órgãos públicos do Estado do Paraná;

b) templos de qualquer culto;

c) partidos políticos;

d) instituições de assistência social e de educação, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos do art. 14, da Lei n. 5172 de 25 de outubro de 1966, no período compreendido entre 1º de maio a 12 de setembro de 1989.

Art. 2º - O disposto no artigo anterior não autoriza a restituição de importância que tenham sido pagas.

Art. 3º - A Secretaria de Estado da Fazenda procederá o cancelamento dos créditos tributários de que trata esta lei, de ofícios ou mediante requerimento das partes, tenham sido ou não objeto de lançamento ou inscrição na Dívida Ativa do Estado.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.03.90.

(a) EDUARDO BAGGIO

Apoiamento: Orlando Pessuti e Cândido Bastos.

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa regularizar a situação de inúmeros contribuintes do Estado do Paraná que, por falta de clareza na legislação, foram induzidas em erro e deixaram de recolher o imposto nas operações com sal mineralizado, tratando-o como produto isento.

Essa situação controvertida foi reconhecida pelos Secretários da Fazenda de todos os Estados do País, os quais assinaram no dia 11 de outubro de 1988 o Convênio ICM 40/88, cópia anexa, com justificativas que autoriza os Estados a dar remissão para os créditos tributários dessas operações.

Todavia, o referido Convênio não foi suficiente para dar termo a exigência fiscal haja vista que com a vigência da

Constituição de 1988, a partir de 05 de outubro daquele ano, a remissão de créditos tributários só pode ser concedida por lei estadual.

Relativamente aos serviços de transporte por fretamento o objetivo é também regularizar pendências para com o erário, tendo em vista que as empresas transportadoras, no caso, julgavam estarem enquadrados na isenção que é concedida ao transporte coletivo urbano ou metropolitano.

A dúvida decorreu da redação dúbia do Convênio 37/89 que previa a isenção àqueles serviços.

Quanto ao fornecimento de energia elétrica pretende-se não descapitalizar a COPEL que tendo, após 1º de maio de 1989, desaparecido a isenção as entidades tratadas na alínea "c" do projeto, continuou a aplicá-lo até 12.09.89.

PROJETO DE LEI N° 121/90

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a União dos Aposentados e Idosos da Cidade Industrial de Curitiba, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.03.90.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

De acordo com a Lei n. 5.994/78, estamos apresentando o projeto de lei que declara de Utilidade Pública Estadual, a "União dos Aposentados e Idosos da Cidade Industrial de Curitiba", com sede à Rua 09 n. 270, situada no Conjunto Osvaldo Cruz I, nesta capital.

A UNAP é uma Associação sem fins lucrativos, que tem por objetivo assistência cultural e beneficente aos aposentados, idosos e pensionistas de todas as categorias profissionais, em defesa de seus direitos e no encaminhamento de suas reivindicações.

Seu estatuto, por si só, traduz a elevada significância social da entidade, pois define claramente seus objetivos.

As razões aqui explícitas nos convencem da oportunidade do presente projeto de lei, para o qual solicitamos apoio dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI N° 122/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. ANTONIO

BORDIN, pelos relevantes serviços prestados ao nosso Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.03.90.

(a) ARIALBA FREIRE

JUSTIFICATIVA:

Antônio Bordin, filho de imigrante italiano, nasceu em Casca - RS, em 26.11.1912. Em 1947 enviuvou da sua esposa, Pierina, com quem teve sete filhos: Hélio, David, Sady, Maria, Luciano, João, Félix Archanjo, Davina Maria, o saudoso Luiz Adolar e Lívio José.

Após 25 anos, em 1975, concederam-lhe o Título de Cidadão Benemérito de Casca-RS, por seus trabalhos à comunidade. Em 1950, decidiu ir a Foz do Iguaçu, com amigo de Porto Alegre, via Barracão, levando três dias a Porto Iguaçu, Argentina. Chovia muito.

Chegando em Foz do Iguaçu, estava muito primitivo, sua intenção era instalar uma Estação Rodoviária, que não deu certo.

Em agosto de 1952, voltou a Foz, fez contrato com a firma Pinho e Terra de Colonização. Em seguida, chegou seu filho Sady, que começou a trabalhar com madeira, o que foi o alicerce de sua família.

Fixou-se em Palotina, desenvolvendo várias atividades. Foi o Vereador mais votado em Guaíra, em 1955, onde conseguiu a instalação do Distrito Judiciário.

Como Vereador, em 58, representando o Prefeito, encaminhou pedido de criação da Usina Piloto de Sete Quedas aos Ministros da Guerra, Marinha e Agricultura. Foi obtida a aprovação da construção pela Prefeitura Municipal, sendo, no mesmo ano, entregue um documento ao saudoso Presidente Juscelino Kubitschek, com o Presidente do Paraguai, no encontro da estrutura metálica da Ponte da Amizade que teve, em Foz do Iguaçu, solicitando o apoio para a construção de uma Usina Piloto, de 25.000kwa, nas 7 Quedas com a Rede Palotina, Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu, incluindo-se uma ponte que ligaria o Paraná ao Mato Grosso.

Em 1960, foi criado o Município de Palotina, onde foi eleito o Vereador mais votado, sendo seu primeiro Presidente da Câmara, onde construíram Hospital de Maternidade Rural, incluindo, também, uma Escola Rural Regional. Em 1963, transferiu-se para Céu Azul, onde executou várias atividades, dentre elas a volta do funcionamento do Hospital, criação do Ginásio com cursos de primeira e segunda séries; trouxe uma Usina Termo-Elétrica de Guaíra, de 500 KWA, criação da Paróquia de Céu Azul e ajuda na criação do Mosteiro Cristo Rei, das Irmãs Carmelitas, entre outras atividades.

Em 1964, seu filho Hélio, transferiu-se de Palotina para Foz do Iguaçu, onde juntamente com o Pai e os irmãos Sady e Félix, montaram a agência Volkswagen, a atual Paraguaçu de Automóveis.

Progressivamente, fixaram-se em Foz do Iguaçu o saudoso Luiz Adolar e também Lívio José, onde se desenvolveu o Grupo Bordin, com várias empresas de destaque no Paraná.

Casou-se com a saudosa Esther, em 1965 com quem teve um filho, chamado Vicente, que está atualmente, com 17 anos, estudando e trabalhando. E, 1973 ajudou a fundar a CoaFronteira e, no mesmo ano, conseguiu um canal de TV microondas com o Ministro Egídio Corcetti, permitindo-se, assim, posteriormente, a instalação da TV Naipi. Em 74, trouxeram o filho Luciano João, de Brasília, onde estava desde 57, e fundaram as empresas Bomaco e Exportadora Iguaçu, hoje uma realidade. Em 1977, foi agraciado com o Título de Comendador, e intitulado na imprensa "Embaixador do Oeste". Em 1978, assumiu a Presidência do Conselho de Santa Casa, Monsenhor Guilherme, com as obras paralisadas, completamente, graças a Deus e à cooperação do Governo Ney Braga, o Deputado Federal Antonio Mazurek, e do Superintendente do INAMPS, Alcení Guerra, além do saudoso Ministro Andreazza, junto à comunidade iguaçuense, conseguiu-se terminar o novo hospital, com 110 leitos de primeira categoria e a reforma total do antigo hospital. Criou a Provedoria e junto à Santa Casa de Curitiba, a Federação das Santas Casas do Estado do Paraná.

Em 1984, recebeu o Título de Cidadão Honorário de Foz do Iguaçu, sempre dedicando-se aos trabalhos junto à comunidade. Em 27 de outubro de 1989, recebe o Título de Cidadão da Paz, outorgado pela Comunidade Baha'í, com aprovação unânime do Rotary Club Foz - Ponte e outras comunidades.

A luta continua com trabalho e esforço desse homem extraordinário, "Embaixador do Oeste", a quem, sem dúvida nenhuma, a Assembleia Legislativa não pode se esquivar de prestar esta merecida homenagem.

É a justificativa.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) No Pequeno Expediente, não há oradores inscritos.

No Grande Expediente, com a palavra, o Deputado Haroldo Ferreira.

O SR. HAROLDO FERREIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, a justiça tarda, mas não falha.

Uma vez mais este velho e surrado dito popular se confirma. E se confirma aqui no Paraná e se confirma na vigência do Governo Álvaro Dias, e se confirma no âmbito da

Secretaria de Estado da Saúde, no apagar das luzes da catastrófica, centralizadora, discriminatória e incompetente administração do Sr. Delcino Tavares. E se confirma, Srs. Deputados, mais especificamente, no âmbito da política do sangue, no âmbito do Centro de Hematologia e Hemoterapia do Paraná, o HEMEPAR.

A injustiça todos sabem, todos se lembram, ocorreu contra uma colega de trabalho, a médica hematologista e hemoterapeuta, Dra. Helenice Deffune, que considero aqui no Paraná, quiçá no Brasil, como a única exilada política do período de transição do nosso País para a Democracia.

Digo exilada política porque a Doutora Helenice foi discriminada, perseguida, caluniada e ameaçada, por sua prática e convicção a respeito da política do sangue no Paraná.

No momento de maior produtividade física e intelectual de sua vida, foi obrigada a se transferir para a França, porque, perseguida e discriminada, não conseguiu trabalho no Paraná.

E ao ser convidada para instituir a Política do Sangue no Estado de Rondonia, em 1987, tivemos a informação de que houve na época a interferência do atual Governo do Estado, junto ao Governo de Rondonia, desaconselhando a sua contratação, sob acusação falsa de corrupção no Hemepar.

Hoje a Doutora Helenice, que não serviu para a administração pública Delcino Tavares, é doutora na França e empresta àquele País na Suíça, a sua cultura médica e conhecimento profundo na área da Hematologia e Hemoterapia; quando o Brasil carente de recursos humanos, desponta no mundo como um dos campeões em casos de AIDS, se dá o luxo de exportar e de exilar politicamente um cérebro como o da Doutora Helenice. E fica, aqui no Paraná, com cérebro tupiniquim do Senhor Delcino Tavares, de Quatiguá, descoberto e a nós imposto de graça pelo Senhor Álvaro Dias, de Quatá.

Mas, dizia, Senhores Deputados e Senhor Presidente, que a justiça tarda, mas não falha. E para justificar este dito popular, me reportarei aos idos de junho de 87, ao dia 07 de junho de 1987, quando a "Folha de Londrina", deu início à uma série sobre o comércio clandestino e a qualidade do sangue utilizado em transfusões em todo o Paraná. Sob o título "Um Rico Comércio", a reportagem denuncia tanto o descaso com os exames sorológicos necessários para testar a boa qualidade do produto a ser transfundido, principalmente com respeito à AIDS, como o monopólio exercido no Norte e até Oeste do Paraná, pelo proprietário do Instituto de Hematologia de Londrina, Arnaldo Calixto. As acusações a Calixto incluíam a cobrança de

até vinte mil cruzados por um litro de sangue recebido gratuitamente de um doador, além de sonegação de informações sobre suas atividades à Secretaria de Estado da Saúde.

No dia 10 de junho de 1987 a "Folha de Londrina", publica uma matéria onde uma comissão de alto nível, enviada a Londrina pela Secretaria da Saúde, constata graves irregularidades nas empresas de Arnaldo Calixto.

Além de proprietário do Instituto de Hematologia de Londrina, ele é sócio de Clemente Tagliari, do Banco de Sangue de Londrina e Diretor Técnico do Banco de Sangue do Hospital Universitário do Norte do Paraná.

No dia 12 de junho a "Folha de Londrina", denuncia, com base nos relatórios da Comissão de Alto Nível da Secretaria da Saúde, que Calixto, cobra por exames que o próprio Hospital Universitário de Hematologia de Londrina, para detectar se o doador está ou não infectado por sífilis, hepatite B ou chagas, eram bancadas pelo próprio Estado, através do Hospital Universitário. Em 13 de junho de 1987, a "Folha" publica matéria referente ao mesmo caso.

Em 14 de junho de 1987, a "Folha", publica em primeira mão relatório da Comissão de Alto Nível que vistoriou, o Hospital Universitário e as empresas de Calixto, que comprovava, erros técnicos inaceitáveis que podem determinar a contaminação bacteriana do sangue. No relatório a Comissão enumerava entre outros tópicos: "que a preocupação no Instituto de Hematologia é nitidamente com a lucratividade. Que a sala de fracionamento tem contato direto com o banheiro e foram encontrados frascos de sangue apresentando nítida hemólise - destruição dos glóbulos vermelhos, portanto inutilizáveis - e frascos de sangue total que demonstravam, sem sombra de dúvida, que o doador estava anêmico quando foi sangrado". E ainda: "que a sala de lavagem e esterilização é dentro de um banheiro. Enquanto isso no Hospital Universitário - segundo o relatório - o que se notava era um total abandono técnico".

No dia 08 de junho de 87, por determinação do Senhor Secretário da Saúde - o Dr. Delcino Tavares, deslocaram-se para Londrina o Dr. Abdul Kadri - Coordenador dos órgãos de apoio e Dra. Helenice Deffune, Diretora do Hemepar, iniciando as atividades de fiscalização em 08 de junho de 87 às oito e trinta horas - atividade desenvolvida no Instituto de Hematologia e no banco de sangue do Hospital Universitário da UEL. E nos reportando a este relatório de atividade de vistorias realizadas no Instituto de Hematologia e no banco de sangue do Hospital Universitário, realiza-

das as 8 e 9 de junho de 87 e apresentá-lo ao Senhor Secretário, o mesmo considerou o relatório muito pesado, solicitando à Dra. Helenice que assinasse um outro relatório elaborado por uma equipe da Secretaria da Saúde o que não foi aceito pela Dra. Elenice. Que em seguida de posse do relatório elaborado pela equipe que se deslocou a Londrina, protocolou-se no 12 de junho de 87 sob o n. 337.933/7, o que foi considerado pelo Senhor Secretário como traição.

A partir daí as perseguições, o boicote e o cerco à equipe do HEMEPAR pelo Senhor Secretário foi intensa, levando a Dra. Helenice a solicitar em 31 de julho de 87, demissão do HEMEPAR, com Ofício n. 482/87, dirigido ao Senhor Secretário - em caráter irrevogável - dizendo que trabalhar em transfusão de sangue - é saúde pública e que transfusão de sangue é um compromisso social.

No dia 03 de agosto a "Folha de São Paulo" publicou a seguinte matéria: "Hematologista demite-se e denuncia a omissão em combate à Aids no Paraná".

"A Médica Hematologista - Helenice Deffune, afirma ontem em Curitiba, que pediu demissão do cargo de Diretora do Instituto de Hematologia e Hemoterapia do Paraná - o HEMEPAR, por pressões e divergências com o Secretário de Saúde Delcino Tavares que resultaram no esvaziamento do órgão responsável pela execução da política na área de sangue no Estado. No pedido de demissão protocolado na sexta-feira, Helenice critica o fato de que no Paraná, um dos primeiros estados a adotar um controle das transfusões como forma de conter a expansão da Aids, a questão do sangue voltou a ser colocada como de menor importância e alienada de uma política ampla de saúde.

No dia 6 de agosto, a "Folha de Londrina", publica matéria sobre a questão do sangue: "Ex-Diretora da HEMEPAR faz sérias denúncias contra Delcino, e disse em Londrina, que recebeu ameaças por investigar as atividades dos bancos de sangue. Ao demitir-se na semana passada da Direção do Instituto de Hematologia e Hemoterapia, em 6 de agosto de 87, HEMEPAR - sediada em Curitiba, a Médica Helenice acabou por trazer à tona pelo menos dois fatos que demonstram, sem meias palavras, os descaminhos seguidos pela saúde pública no Paraná. Tendo como ponta de lança os problemas relacionados com a coleta, análise a utilização do sangue.

Em crise a Secretaria da Saúde, procurando inverter os papéis, chamou a imprensa para uma coletiva ontem na qual seriam apresentados provas de irregularidades, que Helenice teria praticado durante sua atuação à frente do HEMEPAR.

Diz ainda a "Folha de Londrina" daquela época: "Foi um espetáculo que arranhou o ridículo: Delcino Tavares anunciou para uma atenta platéia que o órgão fez gastos indevidos com quindins e flores, no valor tal de cento e vinte e oito mil, dando a entender que foram em cruzados. A "Folha" procurou comprovar a denúncia e descobriu, na verdade os gastos foram de cento e vinte e oito mil cruzeiros e ainda assim no momento em que Helenice se encontrava no exterior. Os quindins foram comprados para serem distribuídos entre os doadores de sangue. E todos nós sabemos que no Paraná este fato ficou conhecido como os "quindins do Dr. Delcino".

Na mesma ocasião, em 08.08.87, num editorial do "Estado do Paraná" a seguinte consideração foi feita: "Entendemos que o fato de uma médica hematologista, que ocupava a diretoria do Hemepar, haver pedido a demissão do cargo, acusando o Secretário de não atender às recomendações, que entende importantes para a saúde do povo, deve ser considerado, considerado pelo Secretário atacado mas principalmente pelo Governador Álvaro Dias que certamente está levando em conta que essa profissional está tão convencida de suas razões que preferiu não permanecer no cargo. Caso raro nos dias de hoje quando todo o mundo se agarra aos postos públicos. Quanto mais se tem direção, mesmo que isto lhes custe fechar os olhos para o que discordam, bancar "vaquinhas de presépio" ou manter um jogo de corpo que lhes dobre a espinha.

Como retaliação pessoal, o vingativo Secretário determinou sindicância e inquérito administrativo no Hemepar, divulgando em novembro de 1987 resultado com nítido objetivo de formar uma imagem negativa perante o público da atuação da médica Elenice à frente do Hemepar. E, assim, ela se manifestou em matérias do Jornal "O Estado do Paraná", em 19 de novembro de 1987: "Elenice contesta Delcino com novas acusações". "A ex-diretora do Hemepar acusada de uma série de irregularidades, diz que o Secretário de Saúde é irresponsável e leva o caso para a área judicial".

Na mesma data, em matéria publicada na "Folha de Londrina", diz o seguinte: "Houve má fé e malícia na demissão de Elenice", diz o advogado.

Mas, Senhor Presidente e Senhores Deputados, eu dizia que a justiça tarda mas não falha, e é verdade! Porque o Ministério Público, no dia 14 de fevereiro deste ano, se pronunciou nos autos 14/88 da seguinte forma: "Meritíssimo Juiz, por solicitação do Diretor Superintendente da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha, foi instaurado o presente inquérito policial contra Elenice Deffune que, à frente

da diretoria do Centro de Hematologia e Hemoterapia HEMEPAR, órgão vinculado a mencionada fundação, teria praticado ações caracterizadas como ilícitos penais. O Inquérito Policial foi instruído com o processo administrativo instaurado pelo Senhor Secretário para apurar as alegadas irregularidades. Inquerindo-se no curso das investigações, inúmeras testemunhas, colhendo-se também farta prova documental. A análise da prova produzida, conduziu-me a seguintes conclusões:

1° - A Comercialização de sangue com o Centro Hemoterápico de Blumenau e a Policlínica de Francisco Beltrão, não caracterizou o cometimento da infração tipificada no artigo 312 do Código Penal. As duas Instituições possuindo excesso de plasma fresco, cederam-no em troca de bolsas plásticas, tipo de comercialização utilizada na maioria dos Hemocentros preconizada pelo Imopi e pelo Pró-sangue, tendo sido levantada a efeito segundo as normas do programa nacional.

2° - No tocante do pagamento de diárias para a Coordenadoria Regional de Florianópolis, apontada como irregular, constatou-se que o pró-sangue, alocou recursos para o HEMEPAR, para tais gastos, que aliás foram efetuados dentro das normas legais.

3° - Quando as demais irregularidades apontadas na petição que deu origem a instauração do Inquérito, se existentes, não estariam no âmbito da ilicitude penal.

Continuando o Senhor Promotor de Justiça, no seu parecer "Cumprе ressaltar que emerge dos autos o brilhante trabalho de Helenice Deffune, na área de Hematologia e Hemoterapia. Membro do Grupo técnico assessor de coordenação do pró-sangue. Coordenadora dos Hemocentros da Região Sul, delegada do pró-sangue na Associação Brasileira de Normas Técnicas, membro da Comissão Nacional de Fiscalização de Fábrica de bolsas plásticas. Em virtude de sua atuação o Hemocentro do Paraná, foi escolhido para ceder o centro nacional de formação de recursos humanos em Hemoterapia, tornando-se modelo para os demais do País, mormente pela implantação do cadastramento estadual dos serviços de Hemoterapia, vigilância sanitária e prevenção da transmissão da AIDS. Pela sua capacitação técnica e destaque em sua área de atuação, atualmente reside na França onde faz doutoramento na Universidade PIERRE MARRIE DERRIER.

Pelo exposto e não havendo nos autos nenhuma prova de ocorrência de ilícito penal que tenha sido praticado por Helenice Deffune, à frente da diretoria do centro de Hematologia e Hemoterapia HEMEPAR, órgão vinculado a Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha, requeira sejam os presen-

tes autos de inquérito policial arquivados.

Curitiba 14 de fevereiro de 1990.

Luiz Carlos Delazari - Promotor de Justiça."

Mas eu diria, e eu dizia, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que a justiça tarda mas não falha. E, assim se pronunciou o meritíssimo Juiz Dr. Fernando Ferreira. "Acolho "IPSIS LITERIS", a promoção do Dr. Promotor de Justiça retro exarada. O exame desses autos de inquérito, iniciados por provocação da Fundação Caetano Munhoz da Rocha, que arroga-se de opinião afirmativa quanto a existência de crime de peculato e desvio, previsto no artigo n° 312 do Código Penal; face ao apurado em processo administrativo.

Pretende-se que Helenice na condição de diretora do HEMEPAR, incorreu na prática de tal delito ao elaborar acordos com hospital Santa Izabel de Blumenau e com o Banco de Sangue de Francisco Beltrão, em troca de hemoderivados inaproveitáveis, acarretando despesas para a HEMEPAR, e desvio de material em favor de terceiros. Ora! Não se constata em momento algum deste maçudo inquérito, absolutamente nada quanto a ter a indiciada se apropriado de dinheiro, valor ou outro qualquer bem imóvel, público ou particular, de que tenha posse em razão do cargo, ou desviá-lo em proveito próprio ou alheio, pré-requisitos inarredáveis à caracterização, em tese, do delito que a legislação punitiva reconhece e define no artigo 319 como peculato.

Na verdade, nem a comercialização operada com o Hospital de Blumenau, nem com o de Francisco Beltrão carregam indícios relacionados com o peculato, ou qualquer outra ação da indiciada merece vinculação ao delito em questão, donde desnecessária a "persecutio criminis" dada a sua evidente inoquidade, já que consoante aponta o Ministério Público, nada que existe fere interesse de alçada criminal. Arquive-se, 20 de fevereiro de 1990."

Temos aí, portanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o posicionamento da justiça, o posicionamento do Ministério Público e do Judiciário, absolvendo total e completamente a Dra. Elenice Deffune, que foi neste Estado, perseguida; que foi neste Estado, caluniada; e inclusive por uma questão de utilização das pessoas para proveito pessoal, no que tange à questão da promoção pessoal na imprensa, no rádio e na televisão, fazendo com que inclusive esta médica de grande conhecimento na área de hematologia e hemoterapia, tivesse que ser, em plena democracia, exilada para um outro País, porque aqui não encontrou, por perseguição do Dr. Delcino Tavares, trabalho para a sua manutenção pessoal.

Mas, eu dizia, Senhor Presidente e Se-

nhores Deputados, acredito que a justiça pode tardar. E uma vez mais, ela não falhará, porque em contato com o advogado da Dra. Elenice, o Senhor Delcino Tavares será chamado à Procuradoria Geral da Justiça, com requerimento, que será feito o procedimento criminal por denúncia caluniosa contra a médica hematologista e hemoterapeuta, assim como ação de indenização por dano moral contra o Secretário Delcino e contra o Estado. Sem dúvida nenhuma tramitarão, nos próximos meses, no Judiciário do Estado do Paraná.

E uma vez mais, nós gostaríamos, desta Tribuna, de elogiar o trabalho do Judiciário Paranaense, quando não aceitando nenhuma pressão, se posiciona de forma ética, com uma conduta digna deste Poder, a nível de nosso Estado.

Mas, eu levanto outra preocupação, encerrando o nosso pronunciamento: nós sabemos que o Senhor Delcino Tavares, que tentou, através de denúncias à imprensa, e sem comprovação, denegrir a imagem de pessoas que trabalhavam na Secretaria da Saúde. Mas, ele deveria fazer uma reflexão, porque nesta Casa uma Comissão Parlamentar de Inquérito foi instalada para averiguar as irregularidades da sua incompetência administrativa, perante os SUD's, no Paraná. E nós sabemos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que esta CPI teve dificuldades de ter andamento normal, nesta Casa, para finalmente esclarecer à população do Paraná.

E sabemos que a bancada governista que inviabilizou a contratação de uma auditoria independente para levantar a auditoria de prestações de contas do SUDs, porque o Tribunal de Contas da União, as auditorias do Inamps já demonstraram diversas vezes que irregularidades existem diversas nas prestações de contas do SUDs do Paraná.

E eu adverteria, inclusive, alguns colegas, alguns dos Senhores Deputados que fizessem uma avaliação desse quadro, no momento em que nós sabemos que após ter sido extinta a CPI que inicialmente foi instalada nesta Casa, ela novamente foi criada num único objetivo de dar atestado de honorabilidade ao Senhor Secretário da Saúde Delcino Tavares.

Mas nós faremos de público no momento em que o parecer desta comissão chegar a esta Casa, cujo Relator é o Deputado Djalma de Almeida César, nós queremos que este relatório venha ao plenário. Nós queremos, inclusive, discutir esse relatório e saber realmente se a auditoria do Tribunal de Contas levantou todas as questões pertinentes a este caso.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu quero neste momento me congratular com esta Casa e com o Judiciário do Paraná que mais uma vez fez justiça. E

essa questão da saúde no Paraná eu sei que haverá outros desdobramentos porque irregularidades existem, administrativas com certeza. E precisamos ver após a tomada de posição popular que já tramita no Judiciário contra o Senhor Delcino Tavares, se essas pessoas que estão tramitando no Judiciário se farão realmente, além de irregularidades administrativas, também aspectos de corrupção, de má fé, de dolo ao paranaense que tem a sua saúde altamente comprometida nesse momento de crise.

Era isso Senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa consulta a liderança do PT se fará uso do seu horário.

Havendo declinado, consulta a liderança do PL.

Havendo declinado, consulta a liderança do PDS.

Havendo declinado, consulta a liderança do PFL.

Havendo declinado, consulta a liderança do PDT.

Concedo a palavra à Deputada Arialba Freire.

A SRA. ARIALBA FREIRE - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores e Senhoras.

Se eu pudesse rotular Foz do Iguaçu, eu gostaria de saber qual o título que ela hoje poderia receber.

Temos o título de "Maravilha do Mundo Moderno", "Capital do Turismo", "Cidade Rica em Belezas Naturais, em Maravilhas Construídas pelo Homem".

Mas hoje, infelizmente, teríamos que dar a Foz do Iguaçu um título muito triste: "A Órfã", "A Marginalizada".

É um título que a nós iguaçuenses de nascimento ou de coração como é o nosso caso, não nos interessa.

Quando nos elegemos deputados nos elegemos deputados estaduais. Nós não somos deputados municipais ou deputados regionais. Por isso eu peço a compreensão e o apoio de todos os deputados com assento nesta Casa de Leis para que Foz do Iguaçu não seja mais uma vez assaltada, roubada como está sendo até hoje.

Nós perdemos a sede de tudo. Foz do Iguaçu não tem mais sede de nada. A vida da população e dos contribuintes está difícil. Só não nos tiraram as Cataratas do Iguaçu porque não conseguiram transportar, porque eu tenho certeza que se tivessem meios, tivessem condição nos teriam tirado também as Cataratas, o que é um verdadeiro absurdo.

Foz do Iguaçu há muito tempo luta pela Faculdade de Informática no nosso Município. Nós não queremos um curso de computa-

ção, nós queremos a Faculdade de Informática!

Havia sido acordado, entre as partes, que cada Município receberia a sua Faculdade, atinente ou pertinente, como seria, Direito para Cascavel, Agronomia para Marrechal Cândido Rondon e assim por diante. E, a Foz do Iguaçu caberia o curso de informática.

Eis que, no apagar das luzes da gestão do Deputado Mário Pereira frente à sua Secretaria, em um pronunciamento, em Cascavel, na Uniãoeste, disse que este curso de Informática, que nós há muito tempo brigamos para Foz do Iguaçu, do qual há um protocolo de intenções firmado com a Argentina, não seria para Foz do Iguaçu. E usou, segundo a imprensa as palavras. - "Esqueçam Foz do Iguaçu". Mas como é possível, Senhores, esquecer Foz do Iguaçu, uma cidade que é muito mais conhecida no mundo todo do que a própria Capital do Estado!

Então eu peço, Senhores Deputados, eu estou saindo daqui, infelizmente o meu mandato é curto, mas eu peço que comprem esta briga de Foz do Iguaçu! Foz do Iguaçu tem em torno de 100.000 eleitores, é um dos maiores colégios eleitorais do Estado, Foz do Iguaçu não pode continuar sendo marginalizada, por falta de lideranças!

Talvez a culpa, acredito eu, seja nossa, por não sabermos conscientizar o povo da nossa região da importância de termos um representante local, alguém que esteja aqui brigando por direitos.

Hoje eu liguei para o Secretário da aludida Pasta do Ensino Superior e um secretário dele, o seu assessor me disse que não havia nada de definido em termos de anunciarem a Faculdade de Informática que nós tanto queremos, mas que há uma intenção, intenção do Deputado Mário Pereira, em levar, no fim do ano para Cascavel esta Faculdade!

Isso só vem prejudicar nossa região, nós não podemos deixar que problemas pessoais afetem uma população, como vem sendo feito até hoje!

Este pronunciamento meu, Senhor Deputado, solicitando apoio desta Casa de Leis, vai ser afixado, em edital especial, na nossa Faculdade em Foz do Iguaçu. Então eu apelo, nos acompanhem nesta luta, porque a intenção do Deputado é fazer uma em Foz do Iguaçu e uma em Cascavel. Nós sabemos que isso é um absurdo e é praticamente inviável, porque um laboratório de informática é caríssimo, e se se implantar em Cascavel, Foz do Iguaçu, mais uma vez, cairá no esquecimento!

Obrigado senhores.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) -
Consulta a Liderança do PTB se fará uso de seu tempo.

Declina.

Havendo declinado consulto a Liderança do PTN.

Declina.

Consulta a Liderança do PRN.

Declina.

Havendo declinado consulto a Liderança do PRP.

Declina.

Havendo declinado consulto a Liderança do PSDB.

Declina.

Havendo declinado consulto a Liderança do PMDB.

Concedo a palavra ao Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero mais uma vez que o povo do Paraná fique ciente que quando concorri às eleições de Deputado Estadual, em 1982, e reeleito em 1986, nós viemos com um propósito de responsabilidade, de seriedade em defesa dos compromissos junto à esta Assembleia Legislativa do Estado.

Quero registrar e sair com a minha consciência tranqüila do dever que tenho com meu Estado.

Eu já não suporto mais, Senhor Presidente, Senhores Deputados, esta brincadeira aqui na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, por alguns Senhores Deputados.

Nós estamos vivendo um momento difícil, a nível nacional, em que temos de saber conviver e gerenciar esta crise sem precedentes, mas nós não podemos gerar crises ao povo do Paraná, apenas por interesses políticos! Nós não podemos permitir, quando há o descrédito total do povo brasileiro nos homens públicos, a gente tenta de todas as formas, resgatar a credibilidade do homem público, quando nós temos esta intenção. Quando os homens públicos querem destruir aqueles que querem seriedade, aqueles que não estão comprometidos com empresários, como este Deputado que vos fala neste instante!

Eu vim a esta Assembleia Legislativa do Paraná como Deputado, foi através da minha luta, do sacrifício e do apoio de muitas lideranças da minha região. Não sou um Deputado comprometido! Não vim aqui para buscar interesses excusos! Não vim aqui para buscar enriquecimento ilícito! Eu vim aqui porque o povo do Paraná delegou este direito a este Deputado! E eu vim aqui para cumprir a minha função!

Desafio a imprensa do Paraná que busque a minha vida desde 1953, no Município de Cianorte, da minha vida pública de vinte e pouco anos, sempre pautei pela responsabilidade e pela seriedade.

E é injusto o que se faz nesta Assem-

bléia Legislativa contra o Governador Álvaro Dias, só porque o Governador Álvaro Dias vai deixar o Governo no dia 2 de abril, os interesses políticos, de outros Partidos, já querem sangrar o atual Governador do Estado! Mas se fosse atingir apenas a pessoa do Governador Álvaro Dias, nós até aceitaríamos esta posição de alguns Deputados. Mas isso já atinge o povo do Paraná! Isto está trazendo um prejuízo sério em todos os segmentos da sociedade, é no setor de transporte, é no setor de Saúde, é no setor de Segurança, que a Segurança é, sem dúvida nenhuma, necessária às comunidades do nosso Estado.

Nós não podemos permitir que, por vaidades pessoais e políticas, o povo do Paraná pague caro as conseqüências!

E, pelo que eu sinto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, mais uma vez, pelas manobras que se sentem, não haverá Sessão nem para votar a matéria de interesse de muitas pessoas que aqui estão!

E eu sugiro que se os Deputados não se reunirem, de todos os Partidos que estão nesta Casa, porque para defender os interesses de todos os cidadãos do Paraná, não se pode misturar a sigla partidária.

Eu acho que se perdurar a crise, neste Poder Legislativo, é a desmoralização total da Assembléia Legislativa do Paraná!

E faço este desabafo, não participo deste tipo de jogo, porque está sendo uma irresponsabilidade com o povo do meu Estado! E eu faço um apelo para que isso não ocorra novamente, prejudicando a nossa população!

E quero dizer de que tenho aqui a "Gazeta do Povo", do dia 13 deste mês, quando o Prefeito de Maringá acusa o Governador Álvaro Dias de não ter levado recursos à cidade de Maringá.

Eu conheço a política de Maringá, porque convivo perto de Maringá. Quero reafirmar de que isto é uma inverdade; Maringá recebeu muitos e muitos recursos e benefícios do Governador Álvaro Dias. Eu acho que antes deste Prefeito criticar o Governador do Estado, ele tinha que analisar os gastos feitos nos cofres públicos na Prefeitura de Maringá, com carro de passeio, passagem de avião para todos os lados deste País, quando não se trata dos interesses da cidade de Maringá.

Eu faço um apelo: se Maringá foi infeliz na escolha do atual Prefeito, ela deve ter sido feliz na escolha dos Vereadores. Eu faço um apelo aos Vereadores de Maringá, para que tomem providências do abuso do dinheiro do Município de Maringá, para que tomem providências do abuso do dinheiro do Município de Maringá que está sendo gasto pelo atual Prefeito.

Quem tem esta conduta, de imoralidade, esta conduta de utilizar do dinheiro

público, não pode criticar um Governo que está pagando muito alto e muito caro, por ser sério e querer que as coisas no Paraná andem dentro de uma seriedade.

Senhores Deputados, mais um apelo: vamos votar os interesses do meu Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Passa-se à Ordem do Dia.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, com apoio dos Senhores Deputados Cândido Bastos e Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Senhora Deputada Arialba Freire, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei nº 74/90. **Prejudicado.**

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Solicitamos verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Após a votação.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai ser verificada a votação.

Senhores Deputados que aprovam o regime de preferência para o Projeto de Lei nº 74/90, conservem-se como estão. **Aprovado.**

O Senhor Deputado Dirceu Manfrinato requereu verificação de votação.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Pela ordem, Senhor Presidente.

Eu gostaria de registrar a presença nesta Casa, na tribuna de honra, de uma comitiva do Distrito de Santa Bárbara, futuro Município de Nova Santa Bárbara, que consta da Ordem do Dia para ser votado hoje: destacando a presença do Vice-Prefeito Júlio Bittencourt de Moraes, dos Vereadores: Josias Pires de Moraes e José Ferreira, e os demais companheiros que vieram hoje de Santa Bárbara, para assistir a sessão e a votação do projeto de lei que transforma aquele Distrito em Município, e portanto, faço esta referência para registrar a presença e agradecer o empenho destas pessoas para a criação deste futuro Município.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Estão devidamente registrados os nomes que Vossa Excelência anunciou na tribuna.

Proceder-se-á a verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Werner Wanderer, queiram levantar-se.

Quinze Senhores Deputados...

O SR. ALGACI TÚLIO - Pela ordem, Senhor Presidente.

Ontem o PMDB, ainda hoje Deputado Manfrinato, foi à tribuna criticando o comportamento de alguns Deputados, em relação a presença no Plenário.

O que se nota é que a bancada do próprio Deputado que fugiu do Plenário.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Pela ordem, Senhor Presidente.

Eu até quero agradecer neste momento o ilustre Deputado Algaci Túlio, e reafirmar aqui exatamente o jogo excuso, o jogo de interesse, que se faz principalmente o Deputado Algaci Túlio.

Por que, que o Deputado Algaci Túlio não diz aos presentes que aqui se encontram, que ele é o primeiro a se retirar quando vai votar o orçamento do Estado do Paraná, comprometendo inclusive o pagamento dos Funcionários Públicos. Por que que o Senhor não faz isso?

Nós vamos ter uma posição, Senhor Presidente, ou vota tudo o que tem de interesse do povo do Paraná aqui ou é melhor então fechar a Assembléia Legislativa e pegar o dinheiro que é para pagar os Deputados e distribuir para as entidades sociais do Estado.

O SR. ALGACI TÚLIO - A culpa da miséria do País é do próprio PMDB que está esfacelado, Deputado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - A Prefeitura es-

tá em greve e Vossa Excelência é o Vice-Prefeito.

O SR. ALGACI TÚLIO - É um direito do trabalhador...

O SR. DIRCEU MANFRINATO - A Prefeitura está em greve e Vossa Excelência é o Vice-Prefeito.

O SR. ALGACI TÚLIO - É um direito do trabalhador e nós defendemos. O nosso Partido Democrático Trabalhista defende o direito do trabalhador.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - O Senhor prometeu em palanque...

O SR. ALGACI TÚLIO - O meu Partido respeita e não joga bomba em cima dos professores, como fez o seu Partido.

(tumulto no Plenário)

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela Ordem)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Nereu Massignan com a palavra.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

As ponderações do Deputado Dirceu Manfrinato e este bate boca que se trava aqui em relação a presença ou a ausência de Deputados, tem uma preliminar.

Nós da Oposição, a retirada de Plenário é de tradição do Parlamento que a Oposição pode fazer isto. Pode obstruir, porque as bancadas de Governo têm condições muito melhores do que as bancadas da Oposição de assim proceder, eu já dizia isso quando a Oposição era minoria e o PMDB maioria.

Mas tem um outro dado, hoje o PMDB não é a maioria nesta Casa. O PMDB tem 23 Deputados é preciso dizer aqui para todos que o PMDB sendo minoria tem que ter humildade de vir conversar com a Oposição. A Oposição está aqui para contribuir. A Oposição não está aqui para endossar este argumento de que não vai ter dinheiro para pagar funcionário público.

Não tem dinheiro para pagar funcionário público pela incompetência da administração das finanças deste Estado. Não tem dinheiro para pagar funcionário público, mas tem dinheiro para gastar no Banco do Estado em publicidade, em promoção pessoal do Governador Álvaro Dias e tem tanta publicidade que as donas de casa, em casa, ficam nervosas porque atrapalha a novela das oito e meia.

Deputado Manfrinato, V. Exa. e sua bancada têm que aprender a respeitar a Oposição, mesmo sendo minoria.

Nós não queremos tripudiar esta minoria, mas esta minoria tem que ter a sensatez de interpretar os interesses do Governo e vir conversar conosco altivamente, sem humilhação, mas converse, saiba que o Parlamento sem um entendimento, Vossas Excelências continuarão aqui neste impasse, porque o impasse é do Governo, o impasse é a publicidade, o impasse é a incompetência do Administrador das Finanças e não a Oposição.

A Oposição está aqui cumprindo o seu dever, Deputado Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Esta posição do Deputado Nereu Massignan não é nenhuma surpresa para mim. Não é porque o Deputado Nereu Massignan é uma pessoa revoltada até contra ele mesmo.

Eu posso testemunhar, quando muitas e muitas vezes, nesta Tribuna aqui, quando ele pertencia às fileiras do PMDB, está registrado nos Anais desta Casa os seus pronunciamentos em defesa do Governador Álvaro Dias.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Se V.Exa. me apresentar um discurso meu de louvação ao Governador Álvaro Dias eu renuncio o meu mandato. Como faz Vossa Excelência costumemente. Vossa Excelência tem costume de fazer louvação aos Governantes, não é o meu comportamento, Deputado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, eu gostaria que V.Exa. me assegurasse a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está assegurada a palavra.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Agora, às vezes a personalidade de um homem, ela não significa apenas assinar três fichas de filiação. A assinatura existe na ficha, mas a dignidade, o respeito permanecem para aqueles que querem seguir dentro de uma sinceridade, de uma verdade.

Eu não vou aqui enumerar, Deputado Nereu Massignan, coisas do Governo que o Senhor pertenceu, que o Senhor era da Casa Civil ...

O SR. NEREU MASSIGNAN - V.Exa. tem liberdade de enumerar. Enumere tenha coragem.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - O Senhor pertenceu a um Governo.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Enumere, fale...

O SR. DIRCEU MANFRINATO - V.Exa. sabe perfeitamente.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Fale. V.Exa. não sabe, por isso que faz insinuação. A insinuação não tem resposta. Dado concreto tem, Deputado. Fale. Fale do Governo passado. Fale de José Richa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Eu não estou dizendo aqui o nome do ex-Governador José Richa. Ele é que está insinuando. Eu posso dizer só que dos Assessores do Governador...

O SR. HAROLDO FERREIRA - Porque ele será o próximo Governador. Não fala porque ele será o próximo Governador.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - ... faz juz aí o escândalo do Banco Del Paraná, que foi uma vergonha para o Estado... (Vozes paralelas).

O SR. NEREU MASSIGNAN - ... discursos de defesa de José Richa. V.Exa. recusa aqueles discursos do mandato de 82 a 86? V.Exa. não honra a sua palavra e a sua assinatura?

O SR. DIRCEU MANFRINATO - V.Exa. me permite, Senhor Presidente? Quero pedir, solicitar a V.Exa. que me assegure a palavra. Deputado Nereu, eu ouvi V.Exa. atentamente. Não interferei quando V.Exa. me criticava. Se V.Exa. interfere é porque V.Exa. está preocupado. Mas eu não vou mais perder tempo com V.Exa. uma vez que o Presidente da República eleito escolheu o Senador do PSDB para ser Líder no Senado da República, dando também um apoio ao PSDB e V.Exa. mandar um Requerimento daqui para Brasília para expulsar o Senador do PSDB.

O SR. HAROLDO FERREIRA - Este é o exercício democrático do Partido.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Não posso discutir mais com V.Exas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A fim de que os trabalhos prossigam normalmente, a Mesa vai aplicar o artigo 98 do Regime Interno: (Lê) - "O Presidente não poderá recusar a palavra ao Deputado que a solicita Pela Ordem, mas poderá cassá-la desde que o orador não indique desde logo o Artigo regimental que está sendo desobedecido na marcha dos trabalhos".

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Eu estou aguardando o resultado da votação que V.Exa. não anunciou ainda. (Vozes paralelas) Eu não recebi ainda.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Se V.Exa. tiver um pouco de paciência vai ver o resultado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Eu vou aguardar, Senhor Presidente.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Senhor Presidente, pela ordem na verdade o que se quer aqui é votar uma matéria referente ao Poder Judiciário do Estado do Paraná. Todos nós sabemos e creio que este é o entendimento de todos os Partidos de que os Poderes dos Estados para serem harmônicos e independentes entre si precisam ter um bom quadro funcional. O que se quer no Estado do Paraná, como de resto no Brasil, é uma justiça efetiva, pronta para resolver os graves conflitos existentes no Brasil. E o que se pretende agora, nobre Deputado Dirceu Manfrinato, com o Requerimento de autoria do Deputado Werner Wanderer é antecipar na pauta de votação a matéria referente aos servidores, aos trabalhadores, aos obreiros da justiça que são os funcionários do Tribunal de Justiça. Pois bem, não se quer aqui, agora discutir as questões referentes ao Orçamento do Estado, que poderão ser discutidos depois. Que V.Exas. poderão pelo Regimento Interno, nobre Deputado Dirceu Manfrinato, pelo Regimento Interno, pelo conhecimento que V.Exa. tem desta Casa, que poderão logo a seguir, V.Exas. com o número de Deputados, poderão evitar que haja prosseguimento da Sessão. O que se pretende apenas é dar aos funcionários do Tribunal de Justiça aquilo que eles têm direito, e aqui estão os servidores do Poder Judiciário pedindo mas não pedindo como quem pede esmolando, mas pedindo como diria o célebre orador sacro - o Vieira, pedindo como quem pede exigindo, porque estão exigindo justiça!

Por isso Senhor Presidente e Senhores Deputados, é que eu faço um apelo a V.Exa. Senhor Presidente: considere presentes, para efeito de votação, os Deputados - Artagnan Mattos Leão, Quielse Crisóstomo da Silva, Neivo Beraldin, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Vera Agibert que participaram do início da Sessão e que, consequentemente, comprometeram-se com o seu voto, com a sua presença em plenário. Caso não seja possível V.Exa. considerar assim, que V.Exa. determine chamada nominal dos Senhores Deputados para que nós possamos definir a questão.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, até acho ponderada a posição de V.Exa. Deputado e quero ser solidário com V.Exa., mas, fazendo uma proposta ao Presidente da Casa e aos Senhores Deputados; que a população, os presentes tenham conhecimento e sejam testemunha da

minha proposta. Eu concordo em votar todas as matérias que aqui estão, existe o pedido do Deputado Ferrari Junior para que a Faculdade de Medicina e Odonto passe para o Estado, eu assumo esse compromisso de dar meu voto a V.Exa. Deputado. Eu faria um apelo, então, para que nós saíssemos desse impasse, para não prejudicarmos o que já está sendo prejudicial em tudo isso, nós votaríamos Senhor Presidente, na pauta de hoje, e votaríamos então no orçamento apenas dois capítulos e o capítulo que diz que o dinheiro seria para recursos da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, nós não votaríamos Presidente. Eu sei da briga que existe do Senhor com o Roberto Requião, então eu me coloco à disposição também de não participar do processo de votação e que se votem os dois capítulos que é para o transporte, que é para a área de saúde. Eu não estou exigindo nada a mais do que atender as necessidades do Paraná.

Então eu coloco Senhores Deputados essa proposta. Ela é séria ela é honesta. Com relação à Secretaria de Desenvolvimento Urbano votaríamos em separado e se o Senhor quiser Senhor Presidente, eu dou minha palavra, se os Senhores acharem que eu tenho que votar contra o que é para Roberto Requião eu assumo e voto também. Agora os dois outros artigos precisam para ajudar o Paraná, nós não podemos ficar nesse impasse. Eu o parabeno Deputado Luiz Alberto e se for o caso eu solicito a V.Exa. que suspenda a Sessão por cinco minutos para que as lideranças conversem e cheguem a um denominador comum para sairmos desse impasse se assim V.Exa. entender.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Sessão está suspensa por cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está reaberta a sessão. Sem entendimento das lideranças.

Verificação de votação solicitada pelo Deputado Dirceu Manfrinato. Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Werner Wanderer queiram levantar-se.

Antes da verificação de votação há um requerimento do Deputado Erondy Silvério e das demais lideranças. Requer a suspensão da sessão plenária no dia quinze de março, 5ª feira.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, Nereu Carlos Massignan, Caíto Quintana e demais Senhores Deputados, constantes do expediente, solicitando a suspensão da sessão plenária desta quinta-feira, dia 15 de março do corrente ano. - Prejudicado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - O PDT não deve ter assinatura neste documento.

O SR. PEDRO TONELLI - O PT também não, não é, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - De qualquer jeito, o requerimento tem a maioria das lideranças e vai submeter a votos.

O SR. ALGACI TÚLIO - Quem tinha que ir à posse, já foi, nem adianta ir mais agora, só se for de ônibus.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há número para votação do requerimento. Haverá sessão amanhã.

Quinze Senhores Deputados aprovam o requerimento. Não há quorum para votação, nem para prosseguimento da sessão.

Nestas condições declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 15, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 13 e 83/90.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 32, 74, 92 e 93/90.
e dos Projetos de Resolução n°s 74, 96 e 99/89.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 70 e 94/90.
e dos Projetos de Resolução n°s 06 e 07/90.

Levanta-se a sessão.

Ato da Comissão Executiva:

DECRETO LEGISLATIVO N° 069/90

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n° 439, de 24 de janeiro de 1989, deste Poder,

RESOLVE:

aposentar, nos termos dos artigos 132, parágrafos 1° 2°; 138, inciso II; 140, inciso III; 157; 170 e parágrafo único; 172, inciso IV; e 179, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, LUCIANO ANTONIO BITTENCOURT, matrícula n° 519, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais correspondentes à Simbologia D.A.S. - 5, acrescidos de gratificação de representação; cinco (05) triênios incorporados, conforme dispõe o Art. 4° e parágrafo 1°, da Resolução n° 2-64; cinco (05) quinquênios incorporados; cem por cento (100%) sobre os respectivos vencimentos de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, conforme disposto no Art. 6°, da Lei Complementar n° 21, de 26 de outubro de 1984.

Palácio "XIX de Dezembro", em 12.03.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO

1° Secretário

WERNER WANDERER

2° Secretário